

## RELATÓRIO DAS REUNIÕES DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE GDASS

**Ocorridas:** em 31/08/2017 e 01/09/2017

**Local:** edifício-sede do INSS – Brasília (sala 910)

**Participação:** reunião foi presidida pela coordenadora da CGPGE, com representação da DIRAT, DIRBEN e da DGP.

Na abertura da reunião o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social novamente questionou se as entidades traziam alguma proposta de indicador. A CNTSS/CUT – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social respondeu negativamente sob o argumento de que o prazo imposto para a discussão de um novo indicador não é responsável para que uma proposta seja apresentada, pois isso demanda amplo debate na base com os trabalhadores e tempo para maturação das ideias, além do fato de que o fórum adequado para tais discussões seria o CGNAD, na forma do artigo 14 do Decreto 6493/2008.

A CNTSS/CUT manifestou-se contrariamente à nota do Instituto que alegava que as entidades não haviam apresentado propostas, quando na verdade não foi apresentado um indicador, pelos motivos mencionados acima. Diversos apontamentos da Confederação referentes à forma como os servidores da carreira deveriam ser avaliados, como, por exemplo, a não limitação da avaliação apenas ao reconhecimento inicial, a exclusão do tempo de espera até a habilitação do benefício e a avaliação das tarefas executadas nos processos, em vez de presumir a complexidade pela espécie, foram prontamente rechaçados pelos representantes do Instituto.

Assim, a CNTSS/CUT tem participado do GT e feito as pontuações necessárias para que os servidores não sejam punidos injustamente pelas condições inadequadas de trabalho, que são responsabilidades do Instituto e do governo. Ocorre que é no mínimo irresponsável querer definir um novo indicador para ontem, quando o que deveria estar em discussão é a alteração da meta para excluir o que os servidores da carreira do seguro social coletivamente não deram causa.

O Instituto, por sua representação, insiste na urgência de se estabelecer um novo indicador, alegando que se mantido o IMAGDASS muitas gerências executivas não alcançarão os 80 pontos da parcela institucional, o que se mostra como um entendimento equivocado, pois não é o indicador que fará com que isso se concretize e sim a meta irreal que poderá ser imposta. A meta deve levar em consideração as decisões gerenciais do Instituto que levaram a duplicar, ou até triplicar em alguns casos, o protocolo de benefícios sem garantir a força de trabalho necessária para dar vazão à análise dos requerimentos. E isso não é culpa dos servidores.

Sobre a questão do CGNAD, o Instituto alega que o comitê está ativo, apesar de não terem sido convocadas reuniões recentes, e que o GT foi instituído pelo Ministro como forma de abrir um canal para discussão do novo indicador, mas a decisão poderia, e

ainda pode, ser tomada monocraticamente pelo mesmo. O resultado do GT será uma proposta que o Ministro poderá acatar ou ignorar.

A CNTSS/CUT solicitou cópia do relatório 201700836, da CGU, para que fiquem transparentes os apontamentos efetuados pelo órgão de controle. O acesso foi negado pelo Instituto, alegando que existem informações sigilosas e que somente a CGU poderá liberar o relatório para acesso público.

Apesar do argumento de que, pelo menos, a parte que trata dos apontamentos referentes a GDASS deveria ser de conhecimento de todos os integrantes do grupo, o INSS manteve o posicionamento de negar o acesso.

Foi apresentada a simulação do indicador da DGP, apontando que se a meta fosse 0,7, 66% das unidades atingiriam e se a meta fosse 0,8, o percentual passaria para 88%.

Apresentaram-se também simulações para o IMAGDASS com metas de 45, 60, 67 e 80 dias sendo que o percentual de unidades atingindo as metas seria de, 17%, 33%, 43% e 61%.

O que chama mais a atenção no discurso da administração é a ideia de que não se pode fixar uma meta que de cara todos alcancem, ou alcancem sempre, pois a meta deve ser um instrumento para induzir a melhoria contínua, porém não se fala em estudar ou aferir a capacidade de produção da força de trabalho existente, fala-se apenas em aferir o que o Instituto deveria ser.

Em outras palavras, alguns têm que perder para mostrar que a meta imposta realmente era um instrumento de indução à melhoria, sem levar em consideração a capacidade da força de trabalho alocada para a atividade finalística objeto da aferição. Isso deixa claro que a ideia do Instituto é utilizar o indicador e a meta como instrumentos para solucionar suas deficiências através da sobrecarga dos servidores, em vez de trabalhar e investir na melhoria dos fluxos de trabalho e na reposição do quadro.

Surgiu durante a reunião do GT a ideia de utilização do TMD com expurgos, porém os representantes do Instituto argumentam que este indicador não tem a visão da sociedade e é fundamental que o indicador a ser aprovado seja impactado pela fila (tempo de espera entre a DER e a data da habilitação).

Sobre os efeitos financeiros, e considerando que a Instituição prega que a GDASS é um instrumento de gestão e não de punição, propusemos que haja uma alteração na metodologia de aplicação dos efeitos punitivos, pois não é razoável que uma unidade que atingiu a meta, sistematicamente, por dezesseis ciclos seja punida no primeiro descumprimento.

O indicador deve servir como ferramenta para alertar a administração sobre situações que merecem maior atenção, motivando a mobilização de seus esforços para, primeiro, diagnosticar as causas do não cumprimento da meta e só num segundo ciclo

de descumprimento levar ao respectivo desconto, se provado que seria possível o alcance com esforço local.

O indicador anterior apresentado pela DIRAT foi descartado pelo próprio Instituto, conforme apuramos ao final da reunião.

No início da segunda reunião, a CNTSS/CUT pôs novamente a questão do acesso ao relatório da CGU, uma vez que o fato de negar acesso às entidades prejudica as discussões do GT, além de não ser correto e transparente com os servidores, motivo pelo qual a reunião foi sobrestada.

Antes do encerramento da reunião foram distribuídas cópias de duas propostas encaminhadas para o e-mail do grupo, além das considerações entregues ao presidente do INSS por servidores participantes do grupo “Servidores do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social” no Facebook.

Foram agendadas duas novas reuniões para o GT, a serem realizadas nos dias 11/09/2017 e 13/09/2017, às 10:00, no edifício-sede.